



LEGÍSTICA

Qualidade na elaboração e eficácia na aplicação das leis

A participação da sociedade na elaboração das leis: o Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais

Dep. Gláucia Brandão



ASSEMBLEIA DE MINAS
O Poder do Cidadão



A consulta à sociedade como mecanismo essencial de aprimoramento da atividade legislativa

Dentre as ferramentas que a Legística oferece ao legislador para que se criem leis mais adequadas aos fins a que se destinam destacam-se as consultas à sociedade, realizadas com o objetivo de assegurar a **participação de um conjunto mais expressivo de atores sociais na formulação legislativa e garantir a transparência do processo, em benefício da eficácia e da efetividade da lei.**

Assim, a adoção de práticas de interação com a sociedade visam buscar subsídios para adequação e aprimoramento da norma, ao mesmo tempo que ampliam o acesso à informação sobre a legislação e o processo legislativo.

Sobre o Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais

Encaminhado à apreciação da Assembleia pelo Poder Executivo na forma de anexo ao PL nº 2215/2008, o PDEEMG estabelece ações estratégicas e metas da política educacional do Estado, distribuídas em 11 temas, para o período de dez anos, em cumprimento à Lei Federal nº 10.172, de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, e ao art. 204 da Constituição Estadual.

O plano constituirá documento norteador do setor educacional, **com definição das metas a serem alcançadas em todos os níveis e modalidades de ensino**, na formação e valorização do magistério, na gestão e financiamento da educação e na articulação entre as redes de ensino.

Síntese do processo de elaboração do PDEEMG na forma encaminhada à apreciação da ALMG

1 - Fevereiro de 2004 a julho de 2006:

- **etapa municipal**: articulação com os Municípios para a construção dos planos municipais de educação;
- **etapa regional**: realização de eventos nos Municípios-sede das Superintendências Regionais de Ensino, envolvendo os segmentos organizados da sociedade e do poder público vinculados à educação, para subsidiar a construção do Plano Decenal de Educação do Estado;
- **etapa estadual**: realização do Congresso Mineiro de Educação, de 6 a 8 de abril de 2006, para consolidar as contribuições dos eventos regionais.

2 - Março de 2008: encaminhamento do projeto de lei à ALMG.

Por que promover nova discussão do PDEEMG durante sua tramitação na ALMG, com o envolvimento da sociedade?

- Houve um lapso de dois anos entre a conclusão do processo de elaboração do plano e seu envio à Assembleia. Em virtude da dinâmica inerente à política educacional e das mudanças na configuração do panorama da educação no País e no Estado, a reorientação de um conjunto de metas faz-se necessária.
- Nas diversas regiões do Estado, entidades da sociedade civil ligadas à educação que não tiveram a oportunidade de opinar no processo de consolidação do documento reivindicaram a abertura de novos espaços de participação durante a tramitação do projeto.

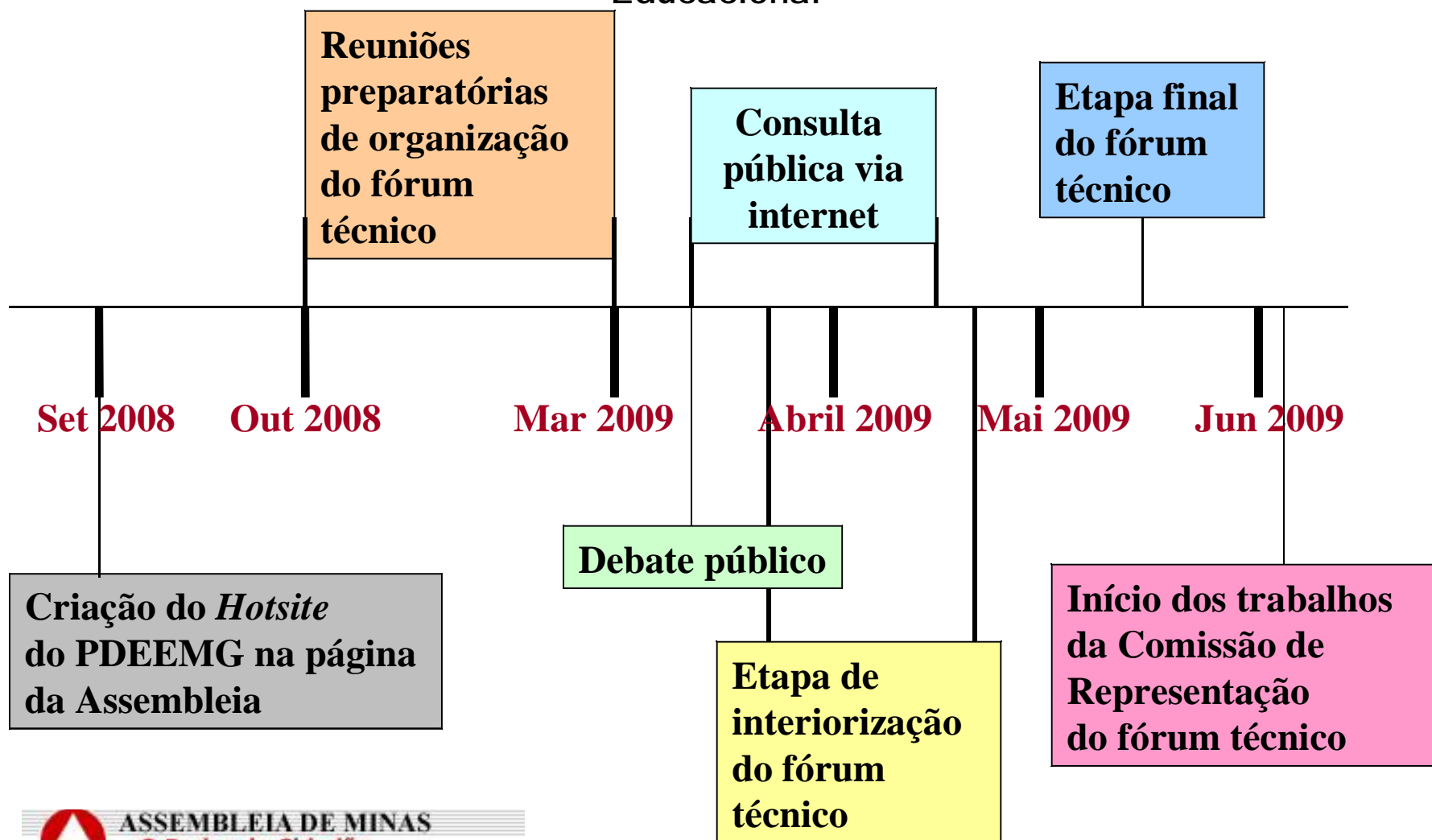


- Não houve uma ampla divulgação do documento consolidado na forma enviada à ALMG, o que prejudicou o acompanhamento dos resultados dos trabalhos pelos participantes das etapas intermediárias de discussão.

Essas razões informaram a decisão da Assembleia de convocar os setores organizados da sociedade a rediscutir o PDEEMG, por meio da realização de ações coordenadas, que tiveram como eixo o Fórum Técnico “Plano de Decenal de Educação em Minas Gerais: Desafios da Política Educacional” cujo objetivo destacado em seu regulamento foi “buscar junto às entidades representativas da sociedade e dos setores público e privado subsídios para a discussão do PL 2215/2008”.

Cronograma do processo de discussão do PL 2215/2008

Sistema de ações coordenadas e complementares do Fórum Técnico
"Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: Desafios da Política
Educativa"



Detalhamento das ações

- **Criação do hot site do PDEEMG** (1º de setembro de 2008)

www2.almg.gov.br/hotsites/planoEducacao/index.html

Objetivos

- Divulgar:
 - o conteúdo do PL 2215/2008, com todos os anexos;
 - a legislação básica de educação;
 - as informações sobre a tramitação do projeto;
 - a programação, notícias e fotos dos eventos destinados à discussão do tema
- Receber as sugestões de aprimoramento das ações estratégicas e metas abrangidas nos 11 temas do Plano Decenal, por meio da consulta pública a partir de 13 março de 2009.



- **Reuniões preparatórias de organização do Fórum Técnico** (Outubro de 2008 a março de 2009)

Objetivo: planejar e organizar o Fórum Técnico e o Debate Público, com a colaboração de 30 entidades parceiras, representantes do poder público, profissionais da educação, pais, alunos, gestores e outros segmentos interessados.

Síntese dos resultados: em 12 reuniões de trabalho conjunto entre a ALMG e as entidades parceiras foi desenhada a organização geral do evento e definidos o regulamento, o temário e os expositores do debate público e do fórum técnico.



• **Debate público “Plano Decenal: Metas e Ações Estratégicas para a Educação em Minas Gerais”** (13 de março de 2009)

Objetivo: divulgar o PDEEMG e esclarecer as dúvidas dos participantes do evento, dos telespectadores e internautas, como forma de preparação para as discussões do Fórum Técnico.

Síntese dos resultados: o debate contou com a participação de 18 expositores, entre acadêmicos, gestores de órgãos públicos de educação e representantes de entidades da sociedade civil relacionadas à educação. As perguntas dos participantes presentes ao evento e as enviadas por telefone ou e-mail foram respondidas pelos expositores.

- **Consulta pública via internet** (13 de março a 15 de abril de 2009)

Objetivo: expandir as oportunidades de participação dos cidadãos e entidades impossibilitados de integrar as discussões presenciais, seja pelas limitações geográficas, seja por não pertencer a grupos e segmentos habitualmente envolvidos nas discussões sobre o tema.

Síntese dos resultados: a consulta foi aberta no *hotsite* do Plano Decenal, na página da Assembleia, para o recebimento via internet de sugestões às ações estratégicas e metas do PDEEMG. Foram apresentadas 212 sugestões aos 11 temas do plano. Dessas, 39 sugestões consideradas pertinentes ao objeto dos temas foram encaminhadas à apreciação dos grupos de trabalho na etapa final do fórum técnico.

- **Interiorização do fórum técnico - Encontros regionais**

(26 de março a 24 de abril de 2009)

Objetivos: promover a discussão sobre o Plano Decenal nas diversas regiões do Estado, considerando as especificidades e demandas próprias de cada região; divulgar o PDEEMG e mobilizar as entidades do interior para participação na etapa final.

Síntese dos resultados: foram realizados 8 encontros regionais nos Municípios de Araçuaí, Montes Claros, Governador Valadares, Paracatu, Divinópolis, Juiz de Fora, Varginha e Uberlândia. As propostas apresentadas e aprovadas pelos grupos de trabalho temáticos foram consolidadas e encaminhadas à etapa final. O número médio de participantes foi de 250 em cada encontro regional, que elegeu 12 representantes para participação nos grupos de trabalho da etapa final.



• Etapa final do Fórum Técnico em Belo Horizonte (13 a 15 de maio de 2009)

Objetivos:

- 1- apresentação dos temas do PDEEMG por especialistas em educação, pesquisadores, entidades representativas dos segmentos ligados à educação e gestores públicos.
- 2 - discussão e votação, em 6 grupos de trabalho temáticos, de 790 propostas oriundas dos encontros regionais e 39 da consulta pública; apresentação e votação de novas propostas e priorização das propostas aprovadas para serem votadas na plenária final;
- 3 - discussão, votação e aprovação do documento final pelo conjunto dos participantes dos grupos de trabalho.
- 4 - eleição da comissão de representação do fórum.

Síntese dos resultados: foram aprovadas 251 propostas de alteração, supressão ou acréscimo às ações estratégicas e metas do PDEEMG. A comissão de representação do fórum foi constituída com 41 entidades representativas dos diversos segmentos da área de educação.

- **Comissão de representação**

Objetivo: sistematizar e aprimorar o texto do documento final e acompanhar os desdobramentos dos resultados do fórum.

Síntese dos resultados: a comissão iniciou seus trabalhos em junho de 2009 e deverá concluir seu relatório no mês de agosto.

Este relatório será apresentado à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática para subsidiar o parecer de 1º turno do PL 2215/2008.



Considerações sobre o processo de discussão do PL 2215/2008 na ALMG

Duas inovações podem ser verificadas nesse processo:

- a implementação da primeira **consulta pública via internet como mecanismo de interlocução com a sociedade, viabilizando a participação popular no processo legislativo;**
- a realização de um **fórum técnico, com o objetivo precípua de subsidiar a discussão de um projeto de lei em tramitação.**



Uma visão sobre a consulta pública

Numa análise preliminar, podemos inferir que consulta pública, na perspectiva do aperfeiçoamento técnico do conteúdo do Plano Decenal, trouxe poucos avanços. **Como mecanismo de vocalização das questões mais prementes da área de educação, entretanto, constituiu importante sinalização para o debate, indicando os desafios que seriam enfrentados no Fórum Técnico**, como as questões relativas à remuneração dos profissionais do magistério e outras igualmente relevantes.

O mecanismo funcionou, assim, como um **termômetro da conjuntura da educação no Estado sob a perspectiva da sociedade**, apontando alguns de seus pontos nevrálgicos e possíveis caminhos a serem trilhados na solução de problemas que afetam o setor.

Se os instrumentos de participação popular instituídos pela ALMG têm como objetivo a incorporação de novos atores, novas demandas e novos procedimentos ao processo legislativo, então a **consulta pública**, em modelos mais adequados para estimular uma participação mais qualificada, terá lugar especial entre as outras formas de participação já institucionalizadas.

A possibilidade de envio de sugestões pela rede mundial de computadores reduz os custos da participação e favorece a criatividade das propostas, sem o filtro e a crítica que muitas vezes reduzem as vocalizações individuais em contextos de participação coletiva.

Uma visão sobre o fórum técnico

Ao ter como objeto a discussão de um projeto de lei já em tramitação e, além de tudo, de destacada relevância social, **imbuiu-se o fórum de grande responsabilidade, uma vez que são potencialmente mais concretos os efeitos que a participação dos movimentos sociais podem vir a produzir na formulação do texto legal.**

A interiorização da discussão constituiu uma oportunidade de retornar às comunidades o resultado do trabalho desenvolvido na etapa de elaboração do plano, ao mesmo tempo que proporcionou aos participantes novas chances de contribuir para sua atualização e aperfeiçoamento.

Conclusões

A formação de um sistema coordenado de instrumentos voltados à participação do cidadão pode ampliar as possibilidades de se produzirem intervenções mais qualificadas na produção legislativa, **buscando-se maior eficácia e efetividade da lei.**

Nesse sentido, a materialização das contribuições resultantes do compartilhamento consensual da discussão entre os diversos atores chamados a colaborar na construção e aprimoramento do Plano Decenal de Educação certamente conferirá maior **legitimidade à futura lei, o que se coloca em conformidade com os princípios da Legística.**

No entanto, a produção de uma lei legítima e eficaz necessita ainda de instrumentos de **avaliação contínua**, construída também pelo consenso alcançado no processo de sua produção entre os diferentes atores sociais.

Colaborar na busca das formas de avaliação mais adequadas ao acompanhamento da consecução das metas previstas no PDEEMG é o próximo desafio que se coloca frente ao Poder Legislativo.



Obrigada!

Dep. Gláucia Brandão

**Presidente da Comissão de Cultura e membro efetivo da
Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática da
Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais**